

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

REFLEXÕES E REFLEXOS DA EVASÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURAS

Raynne Ferreira Santos

raynefersan@gmail.com

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Fernando Guimarães de Oliveira da Silva

fernando.oliveira@uems.br

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Eixo 2: Sociedade, Estado e Políticas Educacionais

RESUMO: A evasão é uma problemática persistente nas universidades públicas e privadas do Brasil e do mundo, tratando-se de um fenômeno multifatorial que envolve diversos aspectos no âmbito social, interpessoal, familiar, econômico, cultural, psicológico e institucional que afetam o desempenho acadêmico, exigindo das instituições de ensino superior estratégias voltadas à prevenção da desistência estudantil, além das ações de permanência já vigentes. Nos cursos de licenciatura, a evasão se manifesta de maneira peculiar, pois a literatura científica aponta variadas razões pelas quais os(as) estudantes desistem da graduação, como a dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos, não adaptação as exigências do ambiente universitário, desvalorização da carreira docente, deficiências na formação escolar e o fato do curso não ter sido a primeira opção de escolha. Nas duas últimas décadas, a educação superior foi alvo de variadas iniciativas governamentais com o intuito de democratizar o acesso nas universidades públicas e privadas, além de viabilizar condições de permanência, reduzir a evasão e aumentar as taxas de diplomação. As licenciaturas também conquistaram políticas públicas focadas no incentivo a carreira docente, melhoria da formação acadêmica e fortalecimento da educação básica. Refletir sobre as particularidades que envolvem a evasão acadêmica nos cursos de licenciaturas pode preencher lacunas ainda existentes e colaborar na construção de novas propostas de intervenção nas instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Evasão. Ensino superior. Cursos de licenciaturas. Carreira docente. Políticas públicas.

Introdução

As baixas taxas que envolvem os cursos de licenciatura no Brasil são motivo de preocupação governamental, considerando que formam futuros professores e professoras de diversas áreas, afetando diretamente a qualidade do ensino público e privado no país. Dados do Inep, por meio do Censo da Educação Superior de 2021, apontaram que todos os 17 cursos

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

de licenciatura nas IES, em uma escala de 0 a 100, ficaram abaixo de 50, revelando um desempenho estudantil abaixo da média. Os cursos avaliados foram das mais diversas áreas e as menores médias nacionais de desempenho são nas licenciaturas em ciência da computação (30,6%), educação física (35,6%) e pedagogia (36,3%). No que se refere a evasão, a maior taxa registrada foi na licenciatura em física com 59% de desistência estudantil (Inep, 2021).

Conceituar a evasão na educação de nível superior é um desafio para muitos pesquisadores que já exploraram este fenômeno nos últimos anos com a intenção de analisar sua ocorrência e buscar caminhos de prevenção e resolução. Alguns conceitos já foram identificados na literatura científica, bem como algumas características e principais causas em comum, mas o tema ainda gera diversas indagações que não permitem seu esgotamento e reflexões em novas pesquisas.

Para compreender a evasão nas universidades, é importante reconhecer que o assunto necessita de enfrentamento, através de um conhecimento profundo sobre sua natureza e seus aspectos, tendo em vista que esse acontecimento pode estar relacionado aos mais diversos fatores sociais, econômicos e culturais, causando impactos institucionais e políticos. Nesse sentido, Filho, Motejunas, Hipólito e Lobo et al (2007) afirmam que a evasão estudantil é uma inquietação constante dos gestores públicos e privados, sendo que na esfera pública, deve fazer parte da agenda governamental dos órgãos responsáveis pela educação, tanto na aplicação de recursos quanto na realização de ações estratégicas.

Faustino e Becker (2023), na defesa do direito à educação superior, destacam que o acesso à universidade pública deve ser ilimitado à sociedade e não restrito “a um público específico que goza de privilégios históricos em razão de condições inatas”. Sendo assim, nas duas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente em políticas públicas na área da educação superior, construindo uma ponte de acesso mais democrática e menos desigual entre a população brasileira e as universidades públicas e privadas. Jovens de baixa renda e grupos sociais discriminados e excluídos desse ambiente, tornaram-se alvos de investimentos nas instituições de ensino superior como uma forma de reparação das injustiças e desigualdades.

A criação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), são exemplos da universalização do acesso nas universidades privadas e que possibilitaram o ingresso da classe média e baixa. Já na esfera pública, principalmente no âmbito federal, as fases I e II do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet), o Sistema Universidade Aberta do Brasil, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012),

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

foram as principais iniciativas governamentais responsáveis por alterar o perfil socioeconômico de estudantes de graduação, tendo em vista que favoreceram o ingresso, permanência e diplomação de jovens e adultos brasileiros (Ristoff, 2014).

No estudo de Ariovaldo (2023), a autora realizou uma revisão bibliográfica acerca da evasão e dos fatores, causas, razões e motivos que mais aparecem nos processos de desistência nos cursos de licenciatura. Os resultados deste levantamento foram interpretados a partir de cinco categorias: **desempenho acadêmico** (dificuldades de aprendizagem, sobrecarga do curso, baixo desempenho, repetências e faltas nas aulas); **condições socioeconômicas e familiares** (necessidade de trabalhar, dificuldades financeiras, filhos, casamento, mudança de cidade); **didático-pedagógicas** (métodos de avaliação, relação entre teoria e prática, didática dos professores, currículo do curso, dedicação exclusiva e excesso de carga horária); **características institucionais** (prioridade da pesquisa em detrimento do ensino, insuficiência de professores, falta de programa de combate à evasão, assistência estudantil e integração estudantil); e **insatisfação com o curso** (expectativas de carreira, escolha inadequada, interesse em outra área que não a de licenciatura, reavaliação das escolhas iniciais) (Ariovaldo, 2023).

A assistência estudantil, criada em 2010 via decreto presidencial, com o objetivo de viabilizar condições de permanência na educação superior e combater a evasão, visa atender de forma prioritária estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e oriundos(as) de escola pública, a fim de garantir a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico com ações que oferecem assistência à moradia, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2010). Nesse sentido, diante da complexidade do fenômeno da evasão nos cursos de licenciatura, o tema ainda gera inúmeras inquietações que buscam analisar e refletir sobre possíveis soluções que resolveriam este problema, considerando que as atuais políticas públicas, como a assistência estudantil, demonstram não dar conta das variadas dimensões que atravessam este evento, mobilizando a adoção de novas estratégias por parte dos governos.

Metodologia

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a evasão nos cursos de licenciatura e faz parte de uma pesquisa intitulada "Evasão nos cursos de licenciatura da UFMS/CPAQ: políticas de permanência, questões sociais e a assistência estudantil", vinculada ao Programa

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul da Unidade Universitária de Paranaíba/MS.

O propósito deste estudo, através de uma revisão bibliográfica, é apresentar as principais definições de evasão e as causas mais comuns nos cursos de licenciaturas, além de apontar a existência das políticas públicas específicas para estas graduações que ampliam a permanência estudantil e fomentam a carreira docente. Foi realizada uma busca na base de dados *Scielo*, *Google Acadêmico* e *BDTD* – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, com os descritores “motivos”, “evasão”, “ensino superior” e “licenciaturas”, sendo selecionados alguns artigos científicos, dissertações e teses que tratam da temática.

Por meio deste levantamento, foi possível filtrar alguns pontos discutidos na produção científica brasileira contemporânea sobre evasão nos cursos de licenciatura presenciais de instituições públicas, identificando as principais tendências e lacunas dessas investigações, a fim de compreender a manifestação deste fenômeno e as possibilidades de enfrentamento existentes.

A evasão nos cursos de licenciatura e seus reflexos na carreira docente

De acordo com Kipnis (2000), a evasão de estudantes nos cursos de graduação surgiu em 1995, como um indicador de avaliação em um processo sistemático de avaliação das instituições de ensino superior, após o “Seminário sobre evasão nas universidades brasileiras”, organizado pela Secretaria de Educação Superior (SESU) integrante do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Os índices já eram preocupantes naquela época, atingindo uma taxa média de 50% nas universidades federais brasileiras, além de baixas taxas de diplomação. (Kipnis, 2000) Sendo assim, a evasão começou a ganhar a atenção dos dirigentes das universidades e representantes do MEC, tornando-se alvo de estudo na “Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras” instituída pela SESU, no ano de 1996 (Adachi, 2009).

O trabalho iniciado pela Comissão foi fundamental para realizar levantamentos, definir conceitos e traçar as causas da evasão de forma quantitativa e qualitativa, servindo de referência até a atualidade. Por meio deste estudo, a evasão começou a ser caracterizada de três formas: **evasão de curso** (quando ocorre o desligamento do curso superior por razões diversas como abandono por não realizar a matrícula, desistência oficial, transferência ou mudança de curso e exclusão por norma institucional); **evasão da instituição** (quando ocorre o desligamento da instituição em que há a matrícula); e **evasão do sistema** (quando ocorre o abandono do ensino superior de forma definitiva ou temporária).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Após essas três definições de evasão divulgadas pela Comissão, muitas pesquisas começaram a investigar melhor o assunto e os conceitos passaram a ser encontrados na literatura científica brasileira, mas foram ganhando novas interpretações e significados. Fritsch, Rocha e Vitelli (2015) consideram a evasão como “o ingresso e a não conclusão de um curso de graduação por desistência”. Peron e Racoski (2019) compreendem que a evasão ocorre “quando há o desligamento do estudante sem a conclusão do curso”. Baggi e Lopes (2011) entendem que a evasão “é uma interrupção dos estudos provocada por uma série de questões pessoais, familiares, sociais, econômicos e institucionais”. Gandelman (2020) enxerga a evasão como “a perda da matrícula antes da conclusão do curso, tanto por solicitação como por abandono ou transferência do estudante”. Silva (2018) analisa a evasão incluindo situações que envolvem o abandono, desistência, transferência, exclusão por norma institucional, desligamento da instituição e desligamento do sistema de ensino superior.

É possível notar que os entendimentos possuem semelhanças, visto que o conceito de evasão com maior consenso nas pesquisas é a evasão do curso que significa o ingresso e a não conclusão (Baggi; Lopes, 2011; Fritsch; Rocha; Vitelli, 2015; Peron; Racoski, 2019). Todavia, é válido destacar alguns pontos que podem ser problematizados sobre o fenômeno, envolvendo sua ocorrência, durabilidade e manifestações. Para alguns autores, a evasão ocorre no desligamento do curso, pressupondo o momento em que há o rompimento do vínculo através da matrícula (Peron; Racoski, 2019). Outros referem que a evasão é a não conclusão do curso por desistência ou interrupção dos estudos, podendo representar o abandono do curso anterior ao desligamento da matrícula (Baggi; Lopes, 2011; Gandelman, 2020). Não obstante, há Silva (2018) que caracteriza outras situações como evasão, por exemplo, o caso da exclusão por norma institucional que acaba não sendo uma decisão diretamente tomada pelo(a) estudante.

Cardoso (2008) propõe uma distinção no fenômeno da evasão, caracterizando a evasão aparente e a evasão real. A evasão do curso ou evasão da instituição, tratam-se da evasão aparente, quando ocorre uma mudança de curso na instituição ou a saída para outra, enquanto a evasão do sistema, é a evasão real, pois se concretiza uma desistência definitiva do ensino superior. Ristoff (1999) apresenta ideias semelhantes ao associar a evasão aparente com mobilidade de curso ou transferência. O autor entende que o ato de mudar de curso ou de instituição é natural, tendo em vista que o(a) estudante está em uma fase de formação e precisa se encontrar na área e profissão que escolheu, não devendo ser considerado como uma forma de fracasso público. Outros autores complementam a ideia de mobilidade, como Lima e Zago (2018), justificando que a evasão significa uma interrupção dos estudos, fato que não

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ocorre na evasão de curso e de instituição, pois há uma continuidade do(a) estudante no sistema de educação superior, existindo apenas uma movimentação interna ou externa de curso ou instituição, entendimento este que se aproxima do conceito de mobilidade.

Silva e Mariano (2021) fazem menção ao trabalho da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão de 1996, já citado anteriormente, como uma referência no estudo da evasão, tendo em vista que apontam possíveis causas para a compreensão do fenômeno. A Comissão identificou diversas causas que poderiam influenciar na decisão dos(as) estudantes em evadir, criando três categorias de fatores, sendo:

- **Pessoais** – relacionados à personalidade; escolha precoce da profissão; defasagem escolar; dificuldades na relação ensino-aprendizagem; adaptação à vida universitária; incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mercado do trabalho; desencanto ou desmotivação pelos cursos escolhidos em segunda ou terceira opção (Inep/MEC, p. 61, 1996).
- **Internos às instituições** – relacionados às questões acadêmicas como currículos desatualizados; falta de clareza sobre o projeto pedagógico do curso; falta de formação pedagógica dos docentes; à ausência ou número baixo de programas institucionais como Iniciação Científica, Monitoria e Programas PET (Programa Especial de Treinamento); à insuficiência de infraestrutura como laboratórios de ensino e equipamentos de informática (Inep/MEC, p. 62, 1996).
- **Externos às instituições** – relacionados ao mercado de trabalho; ao reconhecimento social da carreira escolhida; à qualidade da escola de primeiro e no segundo grau; às conjunturas socioeconômicas específicas; à desvalorização da profissão como no caso das licenciaturas; às dificuldades financeiras; dificuldades de a universidade atualizar-se (Inep/MEC, p. 62, 1996).

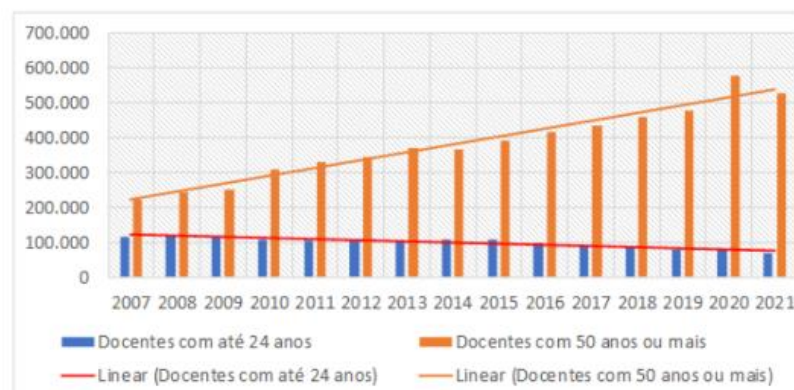
Pesquisas realizadas em todo o Brasil com o propósito de investigar a evasão em diversos territórios, cursos de graduação e instituições estaduais e federais, também identificaram motivos vinculados a estes fatores. Ferreira e Bierhalz (2023) realizaram uma revisão integrativa em bases de dados de artigos científicos a fim de identificar pesquisas sobre a evasão nos cursos de licenciaturas nas universidades brasileiras de 2014 a 2023, encontrando nove estudos, majoritariamente, realizados em instituições públicas. As autoras catalogaram os fatores mais recorrentes da evasão nas licenciaturas, separando quatro trabalhos que apontaram algumas dificuldades vividas pelos ex estudantes como o fato de conciliar o trabalho com os estudos, a desvalorização da profissão, didática ineficiente no ensino por parte dos docentes, formação básica defasada e falta de adaptação ao meio

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

acadêmico. Nierotka e Trevisol (2016) apontam que existem vários fatores que influenciam no abandono e na mobilidade estudantil, sendo que a falta de prestígio social da profissão e os baixos salários da carreira pretendida são relevantes na decisão, principalmente nos cursos de licenciaturas que possuem os maiores percentuais de desistentes.

Esquinsani e Sobrinho (2024) discutem o termo “apagão docente” e suas variantes, com o objetivo de demonstrar que haverá a falta de professores na educação básica brasileira em um futuro próximo, de acordo com dados estatísticos, se não houver intervenções. Analisando a faixa etária dos docentes, no período de 2007 a 2021, os autores destacam uma diferença significativa entre os jovens professores(as) ingressantes na carreira, de até 24 anos e, os professores(as) que estão mais próximos(as) ao final da carreira, de 50 anos ou mais, apontando que em 2021, proporcionalmente, o índice alcançou quase 8 professores em final de carreira para cada 1 iniciante, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 01- Comparativo de docentes por faixa etária: até 24 anos X 50 anos ou mais

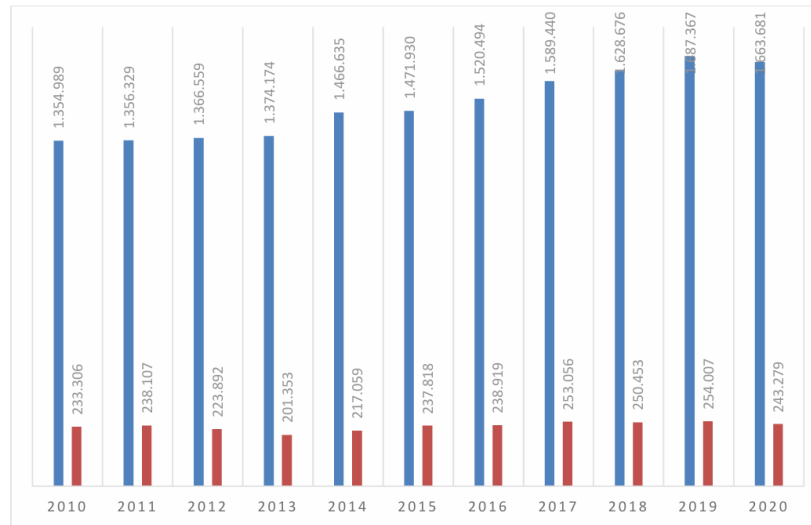


Fonte: Elaborado por Esquinsani e Sobrinho (2024) a partir das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2010 a 2021) e Sinopses Estatísticas do Professor (2007 a 2009).

Nesse sentido, Esquinsani e Sobrinho (2024) ainda examinaram os índices de matrículas e dos concluintes nos cursos de licenciaturas, de 2010 a 2020, evidenciando uma grande defasagem entre o número de matrículas e de concluintes, além da incidência da evasão nestas graduações. Ao longo dos anos, é possível verificar que houve um pequeno aumento de matrículas nos cursos de licenciaturas, mas os números de concluintes não apresentam grandes crescimentos, permanecendo estáveis com cerca de 200 mil concluintes para aproximadamente 1 milhão e meio de matriculados, conforme o gráfico a seguir. Os resultados são preocupantes, considerando que apontam uma discrepância no ingresso, na conclusão e na evasão dos cursos de licenciaturas que irão contribuir para a ocorrência do fenômeno “apagão docente” na educação básica brasileira.

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

**Gráfico 02- Comparativo tendencial
Matrículas em Licenciaturas X Concluintes (2010-2020)**



Fonte: Elaborado por Esquinsani e Sobrinho (2024) a partir dos resumos técnicos do Censo da Educação Superior de 2010-2020.

Apesar do conceito “apagão docente” aparentar ser novo, Gatti (1991) já chamava a atenção para questões da carreira docente que poderiam impactar os profissionais no futuro como “salários aviltantes, desvalorização profissional, imagem social ambígua dos professores, baixa autoestima e descontinuidade de políticas são fatores de perturbação e desarticulação nos sistemas de ensino” (Gatti, 1991, p. 64).

De igual modo, de acordo com Cunha, Sobrinho, Silveira e Sampaio (2024), as condições de trabalho precárias dos(as) docentes nas escolas envolvendo problemas de infraestrutura, jornadas exaustivas, remunerações inferiores ao piso salarial, currículos defasados, indisciplina por parte dos(as) alunos(as) e conflitos com mães e pais são alguns dos motivos que causam frustração, patologias físicas e mentais nos profissionais. Nesse sentido, todos esses aspectos negativos acabam tornando a carreira docente pouco atrativa e não estimulam um investimento pessoal, reforçando a desvalorização social da profissão e influenciando diretamente na decisão de jovens e adultos em seguir na docência.

Schwerz, Deimling, Deimling e Silva (2020) analisaram o cenário da formação docente no Brasil, considerando o ingresso, conclusão e evasão nos cursos de licenciaturas em Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química, no período de 2001 a 2015, com base nos indicadores divulgados pelo Inep em 2017. Os cursos identificados com maior evasão são o de Química com 5,1% de ingresso e 3,5% de concluintes e, Física com 4,1% de ingressantes e 2,0% de concluintes. Os autores ponderam que esta evasão pode ser causada por inúmeras razões, sendo que a mais provável se dá pela

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ausência de uma base sólida de conhecimentos adquiridos na educação básica que não colaboram para o desenvolvimento nas disciplinas e a permanência no curso. Rosa (2014) fortalece essa ideia ao apontar que estudantes oriundos de escolas públicas enfrentam barreiras em seus estudos na universidade devido sua formação básica deficiente. Além disso, Gomes, Soares, Desidério e Rocha (2019) salientam que a evasão nas licenciaturas costuma ser mais alta na área das ciências exatas, possivelmente por conta do nível de dificuldade nas disciplinas com cálculos matemáticos.

Louzano, Rocha, Moriconi e Oliveira (2010) destacam que estudantes com baixo rendimento acadêmico e perfil socioeconômico baixo são atraídos para os cursos de licenciatura. Gatti e Barreto (2009) indicam que estudantes que escolhem as licenciaturas costumam ser de classes sociais desfavorecidas socioeconomicamente, oriundos de escolas públicas, com baixo desempenho em avaliações, trabalhadores e muitos são a primeira geração da família a ingressar no ensino superior. Outros estudos confirmam que as licenciaturas recebem estudantes de grupos socialmente desfavorecidos, trabalhadores, mulheres e pessoas com baixo desempenho escolar (Barbosa; Vieira; Tagliari, 2017; Knop; Collares, 2019; Carvalhaes; Ribeiro, 2019).

Diante deste cenário, é possível depreender que os cursos de licenciatura no Brasil possuem uma facilidade maior de ingresso, fato que acaba alcançando estudantes mais vulneráveis, pois diante de suas características sociais e escolares, suas escolhas pelas instituições e cursos ficam mais restritas, conduzindo essa população para profissões mais ou menos valorizadas socialmente (Ribeiro e Schlegel, 2015; Artes e Ricoldi, 2016; Nogueira, 2018; Ariovaldo, 2023). Além disso, por estas graduações serem mais acessíveis, outra questão que pode colaborar com a alta evasão, é que esses cursos podem não ser a primeira opção dos(as) ingressantes, tendo em vista que podem atrair estudantes que não almejavam a carreira docente e que não se identificam tanto com a área do conhecimento, mas desejam um diploma de ensino superior para galgar um cargo em um concurso público ou outras oportunidades de trabalho que apenas exigem o nível de escolaridade.

No contexto das licenciaturas, é possível notar que apesar dos cursos pesquisados pertencerem a áreas do conhecimento distintas, alguns motivos de evasão marcam presença em todos, como a dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos, não adaptação à universidade, pouca identificação com a carreira docente e o fato do curso não ter sido a primeira opção de escolha. Outro ponto de destaque nos estudos, evidencia que a ocorrência mais comum é a evasão temporária do curso, tendo em vista o reingresso de estudantes desistentes em outro curso ou IES, não representando uma evasão permanente do sistema de

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ensino superior. Nesse sentido, em diversas pesquisas, os(as) autores(as) mencionam possíveis soluções que poderiam ajudar a fortalecer essas graduações e incentivar a permanência estudantil, envolvendo propostas de intervenção que demandam financiamento governamental e políticas específicas para os cursos de licenciatura, para além do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica.

O PIBID é um programa específico para os cursos de licenciatura e compõe a Política Nacional de Formação de Professores do MEC. Sua finalidade é fomentar a iniciação à docência, promovendo a inserção dos(s) estudantes dos cursos de licenciatura no cotidiano das escolas públicas, contribuindo no seu processo de formação e nas suas experiências pedagógicas nas salas de aula, além de auxiliar na melhoria da qualidade do ensino com a integração entre a educação superior e a educação básica (MEC, 2025). A Residência Pedagógica é uma modernização do PIBID, aprimorando a formação dos(as) licenciandos(as) por meio de uma vivência maior nas escolas e na prática docente para além dos estágios obrigatórios da grade do curso (MEC, 2025). O pagamento das bolsas do PIBID e da Residência Pedagógica são realizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esquinsani e Sobrinho (2024) salientam que algumas iniciativas governamentais com o objetivo de incentivar o ingresso e a permanência nos cursos de licenciatura ainda se demonstram muito tímidas, como é o caso do PIBID, defendendo uma política nacional docente que inclua mais investimentos por parte do poder público nas universidades e escolas públicas. Diante disso, o governo federal anunciou um pacote de medidas na área da educação, em janeiro de 2025, que pretende promover, fortalecer e valorizar a docência no Brasil. Dentre as iniciativas, foram lançados o benefício Pé-de-Meia Licenciaturas e o programa Mais Professores que será um concurso anual para seleção de docentes em todo país (MEC, 2025).

O Pé-de-Meia Licenciaturas, consiste em uma bolsa de incentivo que visa beneficiar estudantes com alto desempenho no Enem que escolheram estudar em cursos de licenciaturas a fim de incentivar o ingresso, permanência, conclusão e reduzir as taxas de evasão. O pagamento do benefício é no valor de R\$1.050 mensal, sendo que R\$700,00 possui saque imediato e R\$350,00 fica retido em uma poupança com saque após iniciar a docência em uma escola pública de ensino em até cinco anos. A inscrição pode ser realizada diretamente pelo Sisu, Prouni ou Fies, a partir das edições de 2025, sendo que os requisitos são possuir nota igual ou superior a 650 pontos no Enem e ingressar em um curso de licenciatura avaliado com nota 4 ou 5 pelo MEC. Os critérios de manutenção envolvem cursar a quantidade de créditos

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

obrigatórios por semestre, possuir desempenho acadêmico satisfatórios nos créditos matriculados e iniciar a carreira na rede pública de ensino em até cinco anos. Para 2025, foram ofertadas até 12 mil bolsas sob responsabilidade da Capes (MEC, 2025).

Por ser um benefício em processo de implementação, não é possível tecer tantas considerações, apesar da proposta demonstrar potencial para uma efetiva valorização dos cursos de licenciaturas, as 12 mil bolsas disponíveis aparentam ser um quantitativo pequeno para o enfrentamento dos diversos problemas que rodeiam estas graduações. Não obstante, são 68 mil cursos desta modalidade no país e 372 mil participantes do Enem 2024 que alcançaram o desempenho necessário e estão aptos para receber o benefício (MEC, 2025). Diante deste cenário, os resultados do Pé-de-Meia Licenciaturas só poderão ser mensurados nos próximos anos, por meio das taxas de ingresso, desempenho, permanência, conclusão e evasão nas universidades.

Considerações Finais

Estudos com a proposta de investigar o fenômeno da evasão são extremamente necessários para uma constante revisão de suas definições e manifestações, tendo em vista os múltiplos fatores que colaboram para a sua ocorrência, podendo sofrer variações diante do contexto regional e a realidade social. A evasão é um indicador importante a ser considerado no processo de avaliar políticas públicas para a permanência e sucesso estudantil, diagnosticar problemas no contexto universitário, instrumentalizar ações de melhoria e priorizar financiamentos na educação.

As universidades públicas possuem um papel social, econômico e intelectual fundamental para o desenvolvimento de um país. Além de promover conhecimento, desenvolver pesquisas que atendam aos anseios sociais, proporcionar formação profissional e pessoal, a educação é um dos caminhos que transformam vidas, possibilitam a ascensão social e que merece ser percorrido por cada um. Nesse sentido, torna-se essencial fortalecer os cursos de licenciaturas, responsáveis por formar professores e professoras que atuarão na formação das próximas gerações, garantindo a melhoria na qualidade do ensino básico e o futuro da educação no país.

É importante continuar conhecendo os aspectos envolvidos na evasão e construindo mecanismos de incentivo e acesso à educação superior, bem como estratégias para aprimorar a permanência estudantil, possibilitando que a trajetória de estudantes na universidade seja exitosa, visando uma formação estudantil de qualidade e vivências favoráveis, além da

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

inclusão de profissionais no mercado de trabalho com práticas que promovam a transformação da sociedade.

Referências

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/HJPB-7UPMBA>. Acesso em: jan. 2025.

ARIOVALDO, T. C. de C. **Evasão nos cursos de licenciatura: análise a partir do Censo do Ensino Superior e de dados da Universidade Federal de Minas Gerais**. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/57507/1/TESE%20-%20Evas%20nos%20cursos%20de%20licenciatura%20-%20Thainara%20C.%20de%20Castro%20Ariovaldo.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. L. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RRGrQckrsd9CRGgKy4zkHXq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: out. 2024.

BANDEIRA, K. **Desempenho em cursos de licenciatura no país é insatisfatório e evasão chega a 60%, aponta Inep**. Site O Globo, 28 de março de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/03/desempenho-em-cursos-de-licenciatura-no-pais-e-insatisfatorio-e-evasio-chega-a-60percent-aponta-inep.ghtml>. Acesso em: nov. 2024.

BARBOSA, M. L. de O.; VIEIRA, A. de H. P.; TAGLIARI, C. **Institutional and social factors of performance and completion of higher education**. Trabalho apresentado à 30th CHER Annual Conference, Jyväskylä, 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC/SESu/ABRUEM/ANDIFES. **Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília-DF, 1996. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: nov. 2024.

BRASIL. Site Oficial da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Site Oficial da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília, DF, 2025. Disponível em:

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programas-encerrados/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: mar. 2025.

BRASIL. Site Oficial do Ministério da Educação. **Pé-de-Meia Licenciaturas**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/pe-de-meia-licenciaturas>. Acesso em: mar. 2025.

CARDOSO, C. B. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão**. Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/44.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. **Estratificação horizontal da educação superior no Brasil. Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 31, n° 1, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/xwLJY7HjWj6DZrbG85cPwgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.

CUNHA, S. D. M.; SOBRINHO, J. de A. M.; SILVEIRA, A. R.; SAMPAIO, C. A. **Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.40, e36820, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjkkVDCy7vPXsRWJ4HgB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.

FAUSTINO, C. R.; BECKER, P. H. F. **Direito à Educação e o Acesso à Universidade Pública**. Revista Letra Magna, v. 19, n. 33, Práxis Anticolonial, 2023. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/article/view/2189/1405>. Acesso em: jan. 2025.

FERREIRA, R. M.; BIERHALZ, C. D. K. **A evasão nas licenciaturas: revisão integrativa da literatura**. In SciELO Preprints, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7291>. Acesso em: fev. 2025.

FILHO, R. L. L. e. S.; MOTEJUNAS, P. R; HIPÓLITO, O. LOBO, M. B. C. M. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNnHhVWg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: jan. 2024.

FRITSCH, R.; ROCHA, C.; VITELLI, R. F. **A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada**. Revista Educação em Questão, Natal, RN, v. 52, n. 38, p. 81-108. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7963>. Acesso em: out. 2024.

GANDELMAN, F. S. **Evasão de estudantes em cursos de licenciatura do Instituto Federal de São Paulo**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_c0f56f58661169e61b5bd62c3e351ec3. Acesso em: jan. 2025.

GATTI, B. A. **Formação de professores e carreira – Problemas e movimentos de renovação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1991. (Coleção Formação de Professores).

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social**. Brasília, Distrito Federal: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

GOMES, E. C.; SOARES, D. B.; DESIDÉRIO, S. N.; ROCHA, A. S. da R. S. da. **Evasão no Curso de Licenciatura em Física da Universidade Federal do Tocantins: diagnóstico e primeiros resultados de um projeto de intervenção.** Revista Observatório, 5, 5, p. 482-508, 2019. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/6696/16271>. Acesso em: fev. 2025.

KIPNIS, B. **A pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão.** Linhas Críticas, 6(11), 109–130. Brasília, 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2870>. Acesso em: jan. 2025.

KNOP, M.; COLLARES, A. C. M. **A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior.** Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/YT6ZQs59wDvmjC9W8RWvdQF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.

LIMA, F. S. de; ZAGO, N. **Evasão na educação superior: tendências e resultados de pesquisa.** Movimento-Revista de Educação, (9), 131-164. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32679>. Acesso em: nov. 2024.

LOUZANO, P.; ROCHA, V.; MORICONI, G. M.; OLIVEIRA, R. P. de. **Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação do docente no Brasil.** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, 2010. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1608/1608.pdf>. Acesso em: fev. 2025.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência.** R. Katál., Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQtvbRMs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: jan. 2025.

NOGUEIRA, C. M. M. **Qual acesso ao ensino superior? Colocando a "escolha" dos cursos superiores por parte dos candidatos no centro do debate.** In: LAS CASAS, E. B.; CUNHA, D. M. Educação Superior: Desafios em perspectivas transdisciplinares. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. pp. 21-39. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/62632/2/Qual%20acesso%20ao%20ensino%20superior.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

PERON, V. D. **Adaptação acadêmica e relações com a evasão: identificação de Indicadores.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/handle/tede/4650#:~:text=A%20n%C3%A3o%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20pode%20levar,particulares\)%20e%20para%20a%20sociedade](https://tede.unioeste.br/handle/tede/4650#:~:text=A%20n%C3%A3o%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20pode%20levar,particulares)%20e%20para%20a%20sociedade). Acesso em: jan. 2025.

RIBEIRO, C. A. C.; SCHLEGEL, R. **Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010).** In: ARRETCHE, M. (Org.), Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo, Editora Unesp, pp. 133-162.

RICOLDI, A.; ARTES, A. **Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios.** Revista ex æquo, n.º 33, pp. 149-161, 2016. Disponível em:

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

https://exaequo.apem-estudos.org/files/2016-07/10_MULHERES_NO_ENSINO_SUPERIOR_BRASILEIRO.pdf. Acesso em: fev. 2025.

RISTOFF, D. I. **Considerações sobre evasão**. Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

RISTOFF, D. I. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v19n03/v19n03a10.pdf>. Acesso em: jan. 2025.

SCHWERZ, R. C.; DEIMLING, N. N. M.; DEIMLING, C. V.; SILVA, D. C da. **Considerações sobre os indicadores de formação docente no Brasil**. Pro-Posições, Campinas, São Paulo, v. 31, e20170199, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/hhGmr3GPndVmfPMk3rt6x5Q/>. Acesso em: fev. 2025.

SILVA, F. C. P. **As condições de ofertas dos cursos de Licenciatura em Física: o caso do Instituto Federal de Goiás**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4054/2/FL%C3%81VIA%20CRISTIANE%20PIRES%20E%20SILVA.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

SILVA, L. B.; MARIANO, A. S. **A definição de evasão e suas implicações (limites) para as políticas de educação superior**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.37, e26524, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Sj6fZBSKXwrbn5VdNKcnc9P/>. Acesso em: nov. 2024.

SOBRINHO, S. C.; ESQUINSANI, R. S. S. **O ‘apagão’ docente: quem educará as novas gerações? who will educate the new generations?** Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e6608192, 2024. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6608>. Acesso em: fev. 2025.